SETEMBRO DE 2008 • ANO XX • Nº 830 • SEG 1 • TER 2 • QUA 3 • QUI 4 • SEX 5 • SÁB 6 • DOM 7 • sintufrj.org.br • sintufrj@sintufrj.org.br

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

FASUBRA CUT

www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

ASSEMBLÉIA GERAL: 3 DE SETEMBRO, QUARTA-FEIRA, ÀS 10H, AUDITÓRIO DO CT

Indicativo de greve pelo descongelamento das ações judiciais

DESCONGELAMENTO JÁ

Greve à vista

Categoria em estado de greve

■ Decisão foi tomada por unanimidade na assembléia de quinta-feira convocada para discutir a luta pelo descongelamento das ações judiciais

Fotos: Cícero Rabello

26%

novas informações

Páginas 2, 3, 4 e 5

TERMÔMETRO. Na paisagem da UFRJ, assembléia vigorosa, encontro com estudantes na ante-sala do gabinete do reitor, caminhada na Reitoria e reunião nos hospitais

DESCONGELAMENTO JÁ

Categoria decreta estado de greve

Assembléia nesta quarta, dia 3, às 10h, no auditório do CT

Por decisão da assembléia de quinta-feira, os técnicos-administrativos têm encontro marcado nesta quarta-feira, 3, às 10h, no auditório do Centro Tecnológico (CT). A categoria, que por unanimidade aprovou estado de greve, decidirá na assembléia desse dia se radicaliza na ação política pelo descongelamento já das ações judiciais, entrando em greve.

Fotos: Cícero Rabello

Mas esta não foi a única atitude firme adotada pelos trabalhadores na assembléia passada. Com nariz de palhaço – para mostrar que não são palhaços – e apito em punho, os técnicos-administrativos saíram em passeata do hall da Reitoria até o gabinete do reitor. Eles foram cobrar de Aloísio Teixeira a prometida audiência conjunta (o reitor e uma delegação de trabalhadores) com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para tratar das ações congeladas.

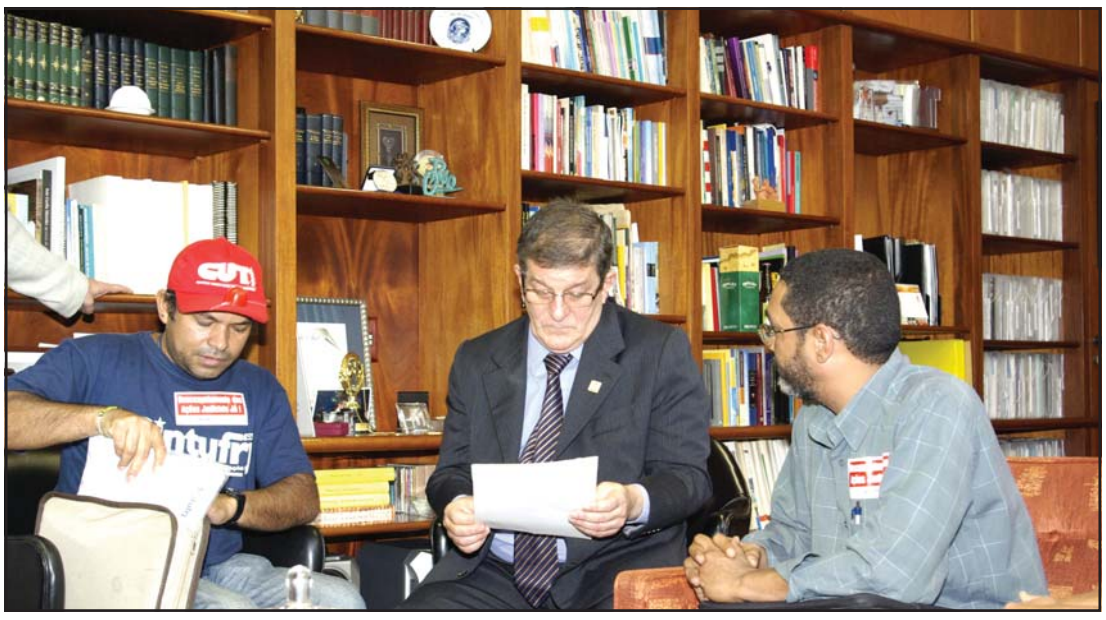
Cobrança ao reitor

Acompanhados do coro de "Senhor reitor, preste atenção: trabalhador não é palhaço não", os três coordenador-gerais do SINTUFRJ e integrantes da Comissão de Mobilização entraram no gabinete de Aloísio, enquanto os demais ficaram aguardando na ante-sala e corredor. Os dirigentes e militantes repetiram para o reitor as razões da ocupação. Aloísio se esforçou para justificar o "furo" com a categoria; disse que vai a Brasília na terça-feira, 2; e solicitou permissão para participar do início da assembléia de quarta-feira, 3, "para dar informes da viagem".

"Cheguei a falar com o secretário da Secretaria de Ensino Superior (Sesu) e ele informou que o secretário executivo do MPOG, João Bernardo, até aceitaria que eu fosse a Brasília conversar. Mas, como o combinado com vocês é que na audiência com o MPOG iria junto uma delegação do movimento, não aceitei. Considerei que seria uma prova de fraqueza abrir mão da reivindicação da ida da delegação", explicou Aloísio Teixeira.

Para melhorar ainda mais o relacionamento com a categoria, Aloísio se comprometeu a aproveitar sua viagem a Brasília nesta terça-feira – quando cumprirá agenda com o ministro da Educação, Fernando Haddad – e dar um jeito de encaminhar solução para o descongelamento das ações judiciais dos 28,86% e 3,17%. Sobre a greve anunciada da categoria, o reitor garantiu que não interferirá, e acrescentou: "Tivemos nossos direitos violados, portanto, a reivindicação é justíssima".

Os técnicos-administrativos deixaram a Reitoria com a sensação de dever cumprido e o compromisso de que cada um levaria pelo menos mais quatro companheiros à próxima assembléia. O coordenador do SINTUFRJ, Francisco de Assis, lembrou aos presentes que, para deflagrar greve, é preciso que pelo menos 5% da categoria esteja na assembléia. "Esse é o quórum estatutário obrigatório pela Lei de Greve", disse. A mobilização foi encerrada com os trabalhadores repetindo o refrão do histórico hino de resistência da esquerda: "Povo unido é povo forte, não teme a luta e nem a morte".



ALTA TEMPERATURA. A força da mobilização na luta pelo descongelamento das ações judiciais continua criando fatos políticos na universidade. Na foto maior, votação na assembléia no hall da Reitoria; abaixo, a marcha dos companheiros em direção ao gabinete do reitor. Ao lado, Aloísio entre os dois coordenadores gerais do SINTUFRJ.

Radicalização ou nada

Depois de esperar por duas semanas que o reitor marcasse reunião com o MPOG, conforme se comprometeu publicamente com a categoria em fazê-lo, e em caráter de urgência, os técnicos-administrativos foram à assembléia quinta-feira, 28, com os nervos por um fio. Afinal, depois de esperar dez anos por um reajuste, quando recebe uma parte dele se quer consegue enxergá-lo no contracheque, devido ao congelamento das ações conquistadas coletivamente na justiça pelo SINTUFRJ. Além da proposta de paralisar as atividades,

"Está na hora de aumentar a mobilização, pois para nós quaisquer 10 reais fazem falta", afirmou Orlando, que também avaliou que o reitor estava faltando com respeito à categoria: "É uma falta de respeito do reitor com a gente não ter se esforçado para marcar audiência com o MPOG. Nós cumprimos o prometido, que foi não fazer apitaço no Conselho Universitário para não atrapalhar os trabalhos dos conselheiros".

> ***Servidores vão ao gabinete cobrar o reitor***

"Temos que pressionar a Reitoria; temos que ser independentes e combativos. Todos sabem, é histórico, que a universidade no Brasil foi criada para defender os interesses da classe dominante, por isso a classe trabalhadora tem que estar sempre organizada para dar respostas aos dirigentes daqui e de Brasília", defendeu o aposentado Djalma Cabral. Segurando a Constituição Federal, o aposentado Manoel Martins Freire não se conformava: "Essas ações são direito adquirido, portanto, não podem nos tirar. Não podemos ser prejudicados".

JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ
Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21944-970 - CNPJ:42126300/0001-61

Coordenação de Comunicação Sindical: Nivaldo Holmes, Ednea Martins e Jonhson Braz / **Conselho Editorial:** Coordenação Geral e Coordenação de Comunicação / **Edição:** L.C. M. / **Reportagem**: Ana de Angelis, Lili Amaral e Regina Rocha. / **Estagiária:** Silvana Sá / **Secretária:** Katia Barbieri / **Projeto Gráfico:** Luís Fernando Couto / **Diagramação**: Luís Fernando Couto e Jamil Malafaia / **Ilustração:** André Amaral / **Fotografia:** Cícero Rabello / **Revisão:** Roberto Azul / **Tiragem**: 11 mil exemplares / As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical / **Correspondência:** aos cuidados da Coordenação de Comunicação. **Fax:** 21 2260-9343. **Tels.:** 2560-8615/2590-7209, ramais 214 e 215.

DESCONGELAMENTO JÁ

No caminho certo!

Comissão de Mobilização vai promover "arrastão" nesta terça-feira, 2

Na avaliação do Sindicato, estão no caminho certo a condução política do movimento e os encaminhamentos da assessoria jurídica. Uma prova inconteste disso foi a vitória jurídica obtida com a ação dos 26% (ver matéria específica sobre o assunto nesta edição). Embalados por essa boa notícia, a categoria presente à assembléia se comprometeu a engrossar e a convocar os colegas de trabalho também a participarem do "arrastão" que a Comissão de Mobilização realiza nesta terça-feira, dia 2, nas unidades do Fundão e Praia Vermelha. O objetivo é convocar para a assembléia de quarta-feira, dia 3.

Defesa dos HUs

A luta dos trabalhadores da UFRJ não é somente pelo descongelamento das ações judiciais, cujos reflexos imediatos serão sentidos no contracheque. A categoria também luta contra a criação da fundação estatal de direito privado. Nas reuniões que se intensificam nas unidades, a diretoria sindical e a Comissão de Mobilização têm se esforçado para "ganhar" a categoria para a mobilização que se faz necessária para evitar que os hospitais universitários sejam desligados das universidades.

Por esta razão a Fasubra está organizando uma caravana a Brasília, reunindo a categoria em todo o país para pressionar os parlamentares a não aprovarem o PLC 92/2007, que cria a fundação. O trabalhador da UFRJ que desejar participar dessa caravana terá que entregar à Comissão de Mobilização quatro folhas do abaixo-assinado em defesa dos HUs preenchidas, e que devem serem entregues até esta terça-feira, dia 3, na assembléia. A meta da categoria na UFRJ é conseguir 20 mil adesões ao documento. Já a Fasubra trabalha pela coleta de 1 milhão de assinaturas a serem entregues ao Congresso Nacional no dia em que a caravana chegar ao Planalto Central.

IMAGEM DA SEMANA. No prédio da Reitoria, assembléia democrática discute os rumos da luta

NOS HOSPITAIS

Reuniões para fortalecer as mobilizações

A coordenação sindical e a Comissão de Mobilização realizaram durante a semana mais duas reuniões em unidades hospitalares da UFRJ. A primeira, na terça-feira, foi no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, e a segunda, na quarta-feira, no Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG). O objetivo desses encontros com os trabalhadores é conscientizá-los da necessidade de engrossar a mobilização contra as ameaças que pairam sobre os hospitais universitários e pelo descongelamento das ações judiciais.

"Nosso movimento dentro da UFRJ é contra o congelamento das ações judiciais, mas em nível nacional, isto é, no resto das universidades federais, a nossa luta se concentra contra a fundação estatal de direito privado. A orientação da Fasubra é fortalecer a mobilização, inclusive está indicando marcha a Brasília e tem como meta coletar um milhão de assinaturas contra o PLC 92/2007. Nosso esforço, na UFRJ, é conseguir 20 mil adesões ao documento que será levado ao Congresso Nacional", informou o coordenador-geral do SINTUFRJ, Francisco de Assis.

Manifestações - Depois de entenderem por que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão adotou arbitrariamente o congelamento das ações e o que significa para a população, estudantes e servidores públicos os hospitais universitários saírem do controle do Ministério da Educação, os funcionários se sentiram à vontade para se manifestarem. Antes, porém, Assis fez um balanço do movimento até aquele momento: "Já fizemos seis assembléias, uma paralisação, um ato com coleta para o abaixo-assinado".

Dúvidas no IPPMG

Na reunião de quarta-feira no Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG) os trabalhadores da unidade procuraram tirar todas as suas dúvidas em relação ao congelamento das ações judiciais e opinaram sobre a fundação estatal de direito privado. Até o diretor do hospital, Marcelo Land, participou do encontro. Por fim, a categoria e a Comissão de Mobilização concluíram que o ideal era organizar um evento que reunisse especialistas da Fasubra, governo federal e do Estado do Rio de Janeiro, do Ministério Público, do Conselho Nacional de Saúde, entre outros, para esgotar o assunto, finalizando com um debate entre as duas visões: contra e a favor das fundações.

Alerta geral - "Mais de 50% dos servidores dos hospitais universitários são terceirizados, por isso precisamos chamar esses companheiros para somar na luta", propôs a coordenadora de Políticas So-ciais do SINTUFRJ, Vera Teles Jerônimo. "Todos nós precisamos ler o projeto de lei (PLC 92/2007) para podermos nos inserir nessa discussão sabendo o que está falando. Por exemplo, temos que explicar aos cooperativados que eles não vão passar automaticamente para a fundação, isso está no texto", disse Roberto Gomes. A auxiliar de enfermagem Gerli Miali defendeu que do evento a ser sediado pelo IPPMG e organizado em conjunto com o Sindicato, saísse uma proposta sobre fundação dos trabalhadores para ser levada ao Conselho Universitário.

VITÓRIA

26%: decisão da justiça favorece descongelamento

O juiz da 2ª Vara Federal do Rio de Janeiro, acolhendo requerimento do SINTUFRJ, entendeu que o reitor da UFRJ não é responsável pelo descumprimento da sentença transitada em julgado que determina a alteração da rubrica referente ao percentual de 26,05% que vem sendo pago aos servidores da UFRJ como se fosse decisão judicial. A alteração da rubrica, que até agosto de 2001 sempre foi paga como IPC 26,05 por força de decisão administrativa, passou a constar nos contracheques como decisão judicial incluída no Sicaj - Sistema de Cadastro de Ações Judiciais do MPOG indevidamente.

Por força de tal manobra, os valores da rubrica foram congelados, deixando de incidir os reajustes que desde a implantação administrativa atingiam tal parcela. Entretanto, não obstante, ter isentado o reitor de responsabilidade penal, entendeu que a instituição UFRJ é responsável por dar cumprimento à decisão e manteve a aplicação da multa diária de R$ 1.000,00 devida desde junho do ano passado quando foi intimada para cumprir a decisão.

Os documentos apresentados pelo SINTUFRJ e as respostas encaminhadas pelo Ministério do Planejamento em Brasília também identificaram a Coordenação de Procedimentos Judiciais do MPOG como responsável direta pelo não-cumprimento da decisão, tendo o juiz determinado a aplicação de multa diária de R$ 100,00, a ser paga pela pessoa física que ocupa o cargo, caso não cumpra a decisão em 15 dias.

No dia 27 de agosto, o assessor jurídico do SINTUFRJ, André Viz, quando tomou ciência da decisão proferida no dia anterior, informou o número do fax dos gabinetes do reitor da UFRJ e da Coordenação de Procedimentos Judiciais, para que fosse dado conhecimento imediato às referidas autoridades.

Crime de desobediência

A decisão ainda determina que seja encaminhada Carta Precatória (instrumento utilizado para dar cumprimento a ordem de um juiz em uma jurisdição de outro juiz) para à Justiça Federal de Brasília, para que a autoridade seja intimada por oficial de justiça para cumprimento da decisão no prazo de 15 dias, e caso, neste prazo, não cumpra a decisão, além da multa de R$ 100,00 diária, determinou que o oficial de justiça a conduza a autoridade (no caso, a coordenadora de Procedimentos Judiciais do Ministério) ao Departamento de Polícia Federal para que seja autuada para responder a processo pelo crime de desobe- diência perante o Juizado Especial Criminal Federal, por entender que se trata de infração de menor potencial ofensivo.

O assessor jurídico do SINTUFRJ adotou todas as providências e a Carta Precatória para Brasília foi expedida no próprio dia 27. A assessoria acompanhará no Distrito Federal o processamento da mesma para que a intimação da Coordenação de Procedimentos Judiciais do MPOG, por oficial de justiça, se dê o mais rápido possível. O advogado informou ainda que a resistência do MPOG em cumprir a decisão judicial já provoca um prejuízo aos cofres públicos estimado em R$ 400.000,00 até agora – por causa da multa estipulada – e já ajuizou a cobrança da multa calculada até o dia 29 de agosto de 2008.

IFCS - Funcionários reafirmam posição

Não ao ponto eletrônico

Na sexta-feira, dia 29 de agosto, os servidores do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) se reuniram em assembléia para discutir as proposições feitas pela diretoria do Instituto para solucionar o impasse sobre a implantação do ponto eletrônico na unidade.

Com a presença de 36 funcionários, a assembléia decidiu, por unanimidade, que os servidores não aceitam as propostas apresentadas pela direção via fórum de gestores do IFCS. Principalmente a proposta de implantar o ponto eletrônico em caráter experimental por seis meses. Também por unanimidade decidiram não reconhecer o fórum de gestores implantado pela direção para encaminhar as propostas junto aos técnicos-administrativos. Além de não aceitarem mais que sejam marcadas reuniões com docentes sem a presença da diretora Jessie Jane ou da vice, Glaucia Villas Bôas.

O SINTUFRJ foi representado pelos coordenadores-gerais Jéferson Salazar e Francisco de Assis. O Sindicato encaminhará um dociê aos docentes e à Congregação do IFCS contendo todos os documentos que o Sindicato enviou à direção e que não foram respondidos. A medida visa informar aos professores sobre a crise política implantada no Instituto pela direção. Também por unanimidade, a assembléia decidiu que não haverá remanejamento interno de funcionários enquanto não for solucionado o problema do ponto eletrônico. A comissão de funcionários fará nota explicando aos alunos sobre os possíveis prejuízos no atendimento.

O segundo ponto da pauta da assembléia, a discussão sobre a representação dos técnicos-administrativos na Congregação do Instituto, ficou decidido que será realizado um processo eleitoral, com voto secreto, dos novos representantes da categoria, de acordo com o que prevê a Lei de Diretrizes e Bases.

Foto: Cícero Rabello

NEGOCIAÇÕES NO IFCS. Coordenadores do Sindicato, diretores do Instituto e representantes de funcionários na quinta

Propostas na reunião

A reunião na qual foram apresentadas as proposições aos funcionários foi realizada no dia 28 de agosto. A primeira delas é a implantação do ponto eletrônico em caráter experimental por seis meses. Paralelamente à implantação, seria montada uma comissão bipartite, formada por representação de técnicos-administrativos e administração do Instituto, que ficaria responsável por acompanhar o processo de implantação e adaptação ao ponto eletrônico. Essa comissão, que seria permanente, teria em médio e longo prazo a função de apontar políticas de desenvolvimento de pessoal.

O Sindicato foi representado pelos coordenadores-gerais Iaci Azevedo e Jéferson Salazar. Participaram representando a administração, um fórum de gestores formado pelos professores Marco Aurélio Santana, Norma Côrtes e Valter Duarte, e a comissão de funcionários formada pelos técnicos-administrativos Marcelo Rangel, Gilson Navega, Flávio Santos e Sonia Miranda.

APOSENTADORIA

As mudanças na previdência

Nesta edição apresentamos um apanhado das mudanças feitas na previdência nas últimas duas décadas. Os direitos, tanto dos trabalhadores aposentados quanto de ativos, vêm sendo reduzidos desde a reforma da Previdência Social iniciada por Fernando Henrique Cardoso. Entenda as alterações neste texto produzido pelo coordenador de Aposentados da Fasubra, Luiz Francisco Martins, para o jornal do SINTUFRJ:

Desde a Constituição 1988 já foram aprovadas três emendas à Constituição (20/98, 41/03 e 47/05),com alterações substantivas na previdência dos servidores públicos. Antes da Emenda 20/98, as regras previdenciárias dos servidores eram absolutamente simples. Além das aposentadorias compulsórias (aos 70 anos) e por idade (aos 65 anos, os homens, e aos 60, as mulheres), havia a aposentadoria por tempo de serviço, que poderia ser proporcional ou integral, e as aposentadorias especiais (professores, magistrados, etc). As aposentadorias compulsórias, por idade e por tempo incompleto (com 5 anos a menos de contribuição) eram sempre proporcionais, enquanto a aposentadoria por tempo de serviço completo (35 anos homem e 30 mulher) e as especiais, assim como a aposentadoria por invalidez decorrente de acidente de trabalho ou moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, eram integrais.

Emenda 20

Com a Emenda 20, além da substituição do tempo de serviço por tempo de contribuição, também passou a ser exigida idade mínima, tanto na parte permanente do texto (artigo 40), quanto na regra de transição. No primeiro caso, respectivamente, de 60 e 55 anos para homens e mulheres e, no segundo, de 53 e 48. Na regra permanente, válida somente para quem ingressou no serviço público a partir da Emenda 20 (16/12/98), a aposentadoria perdeu a paridade e passou a ser calculada com base na média das contribuições, além depender do cumprimento dos requisitos de tempo de contribuição (35 anos para homem e 30 para mulher) e da idade mínima (60 anos homem e 55 mulher), exigências que foram mantidas nas emendas 41 e 47. (artigo 1º, dando nova redação ao artigo 40 da Constituição)

Na transição prevista na Emenda 20, entretanto, as exigências eram as seguintes: · Aposentadoria proporcional: 30 anos de contribuição e 53 de idade, no caso dos homens, de 25 e 48 no caso da mulher, acrescido de 40% sobre o tempo que faltava em 16/12/98 para completar o tempo de contribuição. (artigo 9º, parágrafo 1º, Emenda 20)

· Aposentadoria integral: 35 anos de contribuição e 53 de idade, no caso dos homens, de 30 e 48 no caso da mulher, acrescido de 20% sobre o tempo que faltava em 16/12/98 para completar o tempo de contribuição. (caput artigo 9º) Além disto, o servidor que no dia anterior da vigência da Emenda 20 (16/12/98), tivesse completado o tempo de serviço para aposentadoria proporcional ou integral, independentemente da idade, estava protegido pelo direito adquirido, podendo fazer jus desse direito a qualquer tempo com base na legislação da época. (artigo 3º da emenda 20) Nos três casos (aposentadoria proporcional, integral e direito adquirido) o servidor terá direito à paridade plena, ou seja, fará jus a todos os ganhos que forem assegurados aos servidores em atividade. (artigo 1º, parágrafo 8º da Emenda 20).

Emenda 41

A Emenda 41 aprofundou as mudanças da Emenda 20 ao eliminar a aposentadoria proporcional, adotar o redutor na pensão, instituir o caráter solidário e a contribuição dos aposentados e pensionistas, quebrar a paridade da aposentadoria por invalidez, ampliar a idade mínima e o tempo de permanência no serviço público como condição para fazer jus à paridade e integralidade na regra de transição, bem como instituir aposentadoria voluntária sem paridade e proporcional, com exigência de pedágio sobre o tempo de contribuição exigido (35 e 30, respectivamente homem e mulher) e idade mínima a partir de 53 anos para homem e 48 para mulher, porém com redutor sobre cada ano que faltasse para completar, respectivamente, 60 e 55, para aposentadoria sem paridade. A partir de 31 de dezembro de 2003, data do inicio da vigência da Emenda 41, desaparece a possibilidade de aposentadoria proporcional, aquela concedida com cinco anos a menos no tempo exigido, respectivamente de 35 e 30 de homens e mulheres, desde que o segurado tivesse 53 ou 48, se homem ou mulher. Aposentadoria integral: 35 anos de contribuição e 53 de idade, no caso dos homens, de 30 e 48 no caso da mulher, acrescido de 20% sobre o tempo que faltava em 16/12/98 para completar o tempo de contribuição. (caput artigo 9º) Além disto, o servidor que no dia anterior da vigência da Emenda 20 (16/12/98), tivesse completado o tempo de serviço para aposentadoria proporcional ou integral, independentemente da idade, estava protegido pelo direito adquirido, podendo fazer jus desse direito a qualquer tempo com base na legislação da época. (artigo 3º da emenda 20) Nos três casos (aposentadoria proporcional, integral e direito adquirido) o servidor terá direito à paridade plena, ou seja, fará jus a todos os ganhos que forem assegurados aos servidores em atividade. (artigo 1º, parágrafo 8º da Emenda 20).

Emenda 41

A Emenda 41 aprofundou as mudanças da Emenda 20 ao eliminar a aposentadoria proporcional, adotar o redutor na pensão, instituir o caráter solidário e a contribuição dos aposentados e pensionistas, quebrar a paridade da aposentadoria por invalidez, ampliar a idade mínima e o tempo de permanência no serviço público como condição para fazer jus à paridade e integralidade na regra de transição, bem como instituir aposentadoria voluntária sem paridade e proporcional, com exigência de pedágio sobre o tempo de contribuição exigido (35 e 30, respectivamente homem e mulher) e idade mínima a partir de 53 anos para homem e 48 para mulher, porém com redutor sobre cada ano que faltasse para completar, respectivamente, 60 e 55, para aposentadoria sem paridade. A partir de 31 de dezembro de 2003, data do inicio da vigência da Emenda 41, desaparece a possibilidade de aposentadoria proporcional, aquela concedida com cinco anos a menos no tempo exigido, respectivamente de 35 e 30 de homens e mulheres, desde que o segurado tivesse 53 ou 48, se homem ou mulher. Aposentadoria integral: 35 anos de contribuição e 53 de idade, no caso dos homens, de 30 e 48 no caso da mulher, acrescido de 20% sobre o tempo que faltava em 16/12/98 para completar o tempo de contribuição. (caput artigo 9º) Além disto, o servidor que no dia anterior da vigência da Emenda 20 (16/12/98), tivesse completado o tempo de serviço para aposentadoria proporcional ou integral, independentemente da idade, estava protegido pelo direito adquirido, podendo fazer jus desse direito a qualquer tempo com base na legislação da época. (artigo 3º da emenda 20) Nos três casos (aposentadoria proporcional, integral e direito adquirido) o servidor terá direito à paridade plena, ou seja, fará jus a todos os ganhos que forem assegurados aos servidores em atividade. (artigo 1º, parágrafo 8º da Emenda 20).

Emenda 47

A principal mudança introduzida pela Emenda 47 foi a fórmula “95” para os homens e “85” para as mulheres, por intermédio da qual permite que o servidor que ingressou no serviço público até 15/12/98 possa trocar o tempo de contribuição excedente por idade, desde que comprovasse pelo menos 25 anos efetivos de serviço público.

O servidor que contasse mais de 35 de contribuição, se homem, ou mais de 30 de contribuição, se mulher, poderia abater esse tempo excedente na idade mínima, de tal sorte que a soma do tempo de contribuição com idade somasse 95, no caso do homem, ou 85, no caso da mulher. O servidor nessa situação fará jus a aposentadoria integral e com paridade.

Como para cada ano excedente na contribuição poderá abater um na idade mínima, um servidor do sexo masculino, por exemplo, que contasse com 38 anos de contribuição ele poderia aposentar-se aos 57 de idade, já que a soma do tempo de contribuição com a idade atingiria a fórmula 95.

DOIS PONTOS

CAp divulga edital de vagas

O Colégio de Aplicação (CAp) da UFRJ divulgou o edital para acesso a alunos em 2009. Para o ensino fundamental são 48 vagas para o 1º ano (Classe de Alfabetização); 4 vagas para o 3º ano (antiga 2ª série); 6 vagas para o 6º ano (antiga 5ª série). Para o ensino médio são 32 vagas para a 1ª série e 6 vagas para a 2ª série.

O formulário de requerimento de pré-inscrição e o questionário socioeconômico podem ser obtidos na página eletrônica do CAp (www.cap.ufrj.br) ou no próprio CAp (Rua J.J Seabra, s/nº, Lagoa).

A pré-inscrição deverá ser feita de 8 a 19 de setembro, das 8h às 16h, no CAp.

Será cobrada uma taxa de R$ 41,00 para a pré-inscrição. E os pedidos de isenção deverão ser encaminhados à secretaria do Concurso por requerimento, de acordo com modelo à disposição na portaria do Colégio, entre 8 e 12 de setembro, das 9h às 16h, assim como os outros documentos pedidos. O edital completo pode ser acessado na homepage do SINTUFRJ.

Brasil

Licença-maternidade é sancionada

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou no dia 20 de agosto o projeto de lei que estende a licença-maternidade de 120 para 180 dias. A empresa que adotar a ampliação do benefício a suas funcionárias terá isenção de imposto. Lula decidiu aprovar a extensão da licença-maternidade para seis meses, apesar das dúvidas em relação ao projeto.

Taxas de matrícula proibidas

As universidades públicas não podem mais cobrar taxas de matrícula dos seus alunos. Por maioria, os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) concluíram que a taxa de cobrança é inconstitucional, em julgamento conjunto de vários recursos extraordinários realizado no dia 13 de agosto.

O principal recurso julgado foi o da Universidade Federal de Goiás (UFG) contra a decisão do TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), sediado em Brasília, a favor de sete candidatos aprovados em vestibular da UFG. O TRF-1 entendeu que a cobrança da taxa de matrícula feria a constitucionalidade do artigo 206, inciso IV, da Constituição, que determina que as instituições públicas de ensino tenham a obrigação de prestar educação gratuita.

Para o ministro Ricardo Lewandowski, não é factível que se criem obstáculos financeiros ao acesso dos cidadãos carentes ao ensino gratuito. Ele votou contra o recurso e foi acompanhado pelos ministros Carlos Alberto Menezes Direito, Carlos Ayres Britto, Cezar Peluso, Ellen Gracie e Marco Aurélio, que formaram a maioria.

Futebol 2008 – 2ª chamada

A Coordenação de Esporte e Lazer convida a categoria para participar do Campeonato de Futebol dos Servidores da UFRJ. Estão novamente convocados para reunião às 10h desta terça-feira, dia 2, na subsede do HU representantes das equipes da Praia Vermelha, CLA, COPPE, CCS, Prefeitura, Reitoria, CT, CCMN, Museu Nacional, Vila Residencial, Vigilância, HU, Instituto de Biologia, IPPMG, Instituto de Química e Faculdade de Direito, que devem comparecer à subsede do SINTUFRJ, no subsolo do Hospital Universitário, para pegar a programação do campeonato. Na reunião da semana passada só compareceram representantes das equipes do CLA, CCS, Prefeitura e Reitoria. O Sindicato agradece o comparecimento dos atletas que participaram do jogo do dia 23 entre SINTUFRJ e INNOLAB. O time do Sindicato ganhou de 2 a 1, com gols de Betão.

Falecimentos

■ Comunicamos o falecimento do professor e fundador da Escola de Comunicação (ECO), Cid Pacheco. Ele foi um dos mais destacados publicitários do Brasil e desde 2002 a Escola criou o Prêmio Cid Pacheco, com o objetivo de aprimorar talentos e desenvolver a criatividade dos estudantes de Propaganda e Marketing. O sepultamento ocorreu no dia 25 de agosto, no Cemitério São João Batista.

■ Comunicamos o falecimento do funcionário da Prefeitura João Filho no dia 16 de agosto. Ele aguardava um órgão na fila de transplantes de fígado do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. João trabalhava na universidade desde 1989 e morava em Itaguaí.

Feira das editoras universitárias

As editoras da UFRJ, Uerj, Fiocruz, UFF e UFFRJ estão dando 50% de desconto em todos os livros durante a IV Feira das Editoras Universitárias. O evento será realizado de 8 a 12 de setembro, das 10h às 18h, no campus da Praia Vermelha, ao lado da piscina.

Debate com prefeitáveis

O Fórum de Ciência e Cultura (FCC) e a Fundação Universitária José Bonifácio vão realizar encontro com os candidatos à Prefeitura do Rio de Janeiro durante o mês de setembro. A proposta é promover o debate de cada candidato, indivi-dualmente, com os alunos e o público em geral.

O primeiro será com Eduardo Serra (PCB) na quarta-feira, 3 de setembro, das 12h às 14h, no Salão Pedro Calmon do FCC. O segundo será com Jandira Feghali (PC do B), 10 de setembro, das 18h às 20h. O terceiro debate será com Chico Alencar (PSOL), 11 de setembro, das 14h às 16h. Molon (PT) será o quarto candidato a se apresentar, dia 15 de setembro, das 12h às 14h. Estes são os candidatos confirmados até o momento.

Festa na sexta

Os vigilantes da prefeitura universitária convidam

Os melhores hits dos anos 70 e 80 com o DJ J.J. Jonas, nesta sexta-feira, 5 de setembro, a partir das 16h, no Espaço de Convivência da Prefeitura. Entrada franca.

Causa dos servidores NES é agenda do Sindicato

A situação dos trabalhadores NES sempre esteve presente entre as preocupações prioritárias no curso das lutas do SINTUFRJ. Aos companheiros NES informamos que a direção tem acompanhado o desdobramento da discussão do problema. A atual gestão ainda não agendou encontro com os trabalhadores NES por um motivo bem evidente: a jornada de mobilização na luta contra o congelamento das ações judiciais e contra o projeto que implanta as fundações estatais de direito privado, uma ameaça aos hospitais universitários. Na primeira oportunidade, agendaremos reunião com os NES,

Convênios

Amil Saúde

O Setor de Convênios informa aos sindicalizados que já estão abertas novas adesões ao plano de saúde no período de 1º a 23 de setembro. Tabela de preços, modalidades e rede de credenciamento se encontram à disposição na sede e subsedes do SINTUFRJ. *Atenção:* para a inscrição de dependentes é necessário documento comprobatório.

Golden Cross

Comunicamos aos sindicalizados que a partir do mês de setembro haverá reajuste nas mensalidades. Mais informações pelo telefone 2270-5268 – Setor de Convênios.

Curso de Formação

A UFRJ abre novas vagas para o Curso de Formação em Identidade de Gênero e Diversidade Sexual, agora com turmas na Baixada Fluminense. As aulas serão em Nova Iguaçu, mas podem se inscrever profissionais de educação de toda a rede pública do Estado. O curso é voltado para gestores, coordenadores pedagógicos, professores e demais profissionais de instituições públicas de ensino. O período é de 4 de outubro a 29 de novembro. As aulas são aos sábados, das 8h às 17h, no Centro de Nova Iguaçu. As inscrições podem ser feitas na página www.papocabeca.me.ufrj.br/diversidade.

Mostra de cinema no Fórum

O Fórum de Ciência e Cultura promove a mostra *Cinema Global, Cinema Mundial*. Ao todo, serão exibidos 10 filmes que permitem discutir a superação das limitações nacionais e o diálogo do cinema com o processo de globalização. Na maior parte das obras escolhidas são utilizadas várias línguas e as tramas abrangem mais de um país. As exibições serão realizadas até o dia 5 de setembro, de segunda a sexta-feira, no Salão Moniz de Aragão, sempre às 19h e com entrada franca. A mostra é uma prévia do seminário internacional "Do Atlântico ao Pacífico: 200 anos da chegada da família real e 100 anos de migração japonesa", que será realizado de 17 a 19 de setembro. Em cartaz:

1/9 – "A Vida sobre a Terra", de Abderrahmane Sissako;
2/9 – "Nós que aqui estamos por vós esperamos", de Marcelo Marzagão";
3/9 – "O Mundo", de Jia Zhang-Ke;
4/9 – "O Intruso", de Claire Denis.

DISPUTA

Impasse no Conselho Universitário

Estudantes ocupam Consuni (mais uma vez) e impedem discussão sobre Plano Diretor

A discussão dos destaques das diretrizes para o Plano Diretor era o primeiro ponto de pauta da sessão do Consuni do dia 28. Mas meia hora depois de iniciada, a sessão foi tomada, mais uma vez, por dezenas de estudantes com as conhecidas palavras de ordem: "Ô, Aloísio, mas que caô, esse Reuni é o plano diretor".

Os estudantes prometem não deixar barato. Para eles, na UFRJ está em curso a concretização do programa de reestruturação e expansão do governo, contra o qual lutam. Eles querem mais discussão em centros e unidades e a votação em um fórum maior, num congresso ou plebiscito.

Depois de 15 minutos de barulhento protesto, o reitor Aloísio Teixeira suspendeu a sessão.

Os conselheiros deixaram o salão em meio a comentários impacientes. Na prática, a disposição dos estudantes é obstruir as sessões como tática para reabrir a discussão sobre o Plano Diretor.

Em carta ao Conselho Universitário, dizem que não reconhecem a votação das diretrizes do Plano Diretor nas férias (na sessão do dia 24 de julho): "Queremos um plano diretor que, antes de mais nada, atenda às nossas necessidades reais, pautando, por exemplo, a construção de bandejões em todos os campi. (...) Entendemos que os usos a que servirão os terrenos da universidade devem ser debatidos e definidos democraticamente em processos que envolvam a participação paritária de estudantes, professores e técnicos-administrativos da UFRJ", e aproveitam para reivindicar ampliação do alojamento, creche para filhos de estudantes e que os módulos 2 e 3 do Plano Diretor sejam amplamente debatidos antes de serem implementados, entre outros pontos.

Próxima reunião

"Lamento que esse grupo de estudantes esteja insistindo em voltar a atingir a normalidade institucional, impedindo o Conselho de deliberar. Mas vamos continuar insistindo em recolocar em pauta na próxima reunião", disse o reitor.

O adiamento consecutivo da aprovação do Plano Diretor que poria em prática os programas de reestruturação e expansão já aprovados na UFRJ em outubro de 2007 pode ter conseqüências? "Pode, claro", reconhece o reitor.

É que em outubro haverá uma avaliação, por parte do MEC, do cumprimento de metas do PRE. E o governo já liberou recursos para as obras e vagas para concursos. Se a UFRJ não apresentar seus resultados, os recursos podem ser suspensos.

Fotos: Cícero Rabello

QUINTA-FEIRA, 28 de agosto. Sessão interrompida pela massa de estudantes que questiona a aprovação das diretrizes do Plano Diretor durante as férias. Abaixo, o reitor Aloísio Teixeira observa, impotente, a cena

SINTUFRJ apresentou emendas

A diretoria do SINTUFRJ reuniu propostas e críticas da categoria para apresentar em forma de emendas às diretrizes do Plano Diretor aprovadas no dia 24. As propostas resultaram de reuniões do GT Educação realizadas na Praia Vermelha e no Fundão, em agosto. No dia 25, segunda-feira, expirou o prazo para apresentação das emendas, que estão sendo tabuladas pelo presidente da Comissão de Desenvolvimento do Consuni, Alcino Câmara.

Jéferson Salazar, representante dos técnicos-administrativos no Consuni, entregou as propostas aprovadas pela diretoria e reafirmadas na comissão de mobilização, tais como: como criar uma comissão específica com representação paritária de funcionários, professores e estudantes para acompanhamento dos trabalhos do comitê técnico do Plano Diretor; garantir que a Vila Residencial tenha um tratamento digno no projeto, com preservação e melhoria das condições de vida dos moradores e regularização fundiária; garantir no Plano Diretor a destinação de terreno no Fundão para a sede social do SINTUFRJ; garantir espaço para Centro de Capacitação e Valorização para os servidores técnico-administrativos, por ambiente organizacio-nal.

No tocante à utilização das áreas da Praia Vermelha, a categoria pede atenção no Plano para que UFRJ não sucumba a pressões de especulações imobiliárias. Há propostas ainda de ampliar o Colégio de Aplicação, criando uma unidade no Fundão e garantir um espaço para construção de um prédio para Creche Universitária, entre outras.

URGENTE. Reunião extraordinária do Consuni nesta segunda, às 9h30.

250 vagas para UFRJ

O MEC autorizou concurso para 200 técnicos-administrativos e 50 professores já na cota do Reuni

Vagas previstas	Docentes	TA nível médio	TA nível superior
2009	175	144	144
2010	223	291	291
2011	152	165	165
2012	100	100	100
Total	**700**	**800**	**800**

Em portaria editada no fim de agosto, o MEC começou a autorizar a contratação para as vagas prometidas às universidades federais que aderiram ao Reuni. Para a UFRJ, foram 50 vagas para docentes e 200 para técnicos-administrativos, sendo 100 de nível médio e 100 de nível superior.

Entre as vagas de nível médio, 76 são para assistente em administração e 24 para técnico de laboratório. Entre as de nível superior, 65 são para técnicos em assuntos educacionais, duas para engenheiro, uma para pedagogo, cinco para assistente social, cinco para administrador e 22 para bibliotecário.

Segundo o pró-reitor de Pessoal, Luiz Afonso, essas vagas são para atender as unidades que apresentaram projetos de reestruturação e expansão (PRE) de seus cursos. "De todos esses cargos, só não temos concurso vigente para cargos de administrador. Para os outros existe o concurso que acabou de ser homologado, em julho. Os aprovados poderão ser chamados imediatamente", explicou ele.

O concurso deve ser realizado ainda este ano, mas em virtude do ano eleitoral a nomeação só poderá ser feita depois das eleições.

Essas 250 vagas são exatamente o que foi combinado, dentro do PRE da UFRJ, com o MEC para 2008. Até 2012 o programa prevê um acréscimo nos quadros da UFRJ de 700 docentes, 800 técnicos-administrativos de nível médio e 800 de nível superior.

Bandejão da Letras

Fotos: Cícero Rabello

BANDEJÃO. Restaurante foi bem recebido pelos estudantes, mas com algumas restrições

A inauguração do bandejão na Letras foi recebida com comemoração pelos estudantes, embora ainda existam muitas críticas relacionadas ao serviço. A maior delas foi sobre a imensa fila que se forma diariamente. "Cheguei às 11h50 e fiquei uma hora na fila", afirmou a aluna de Engenharia de Materiais Patrícia Tasca. Na avaliação dos alunos, a demora no atendimento se dá pelos poucos funcionários existentes no atendimento. Apenas três pessoas trabalham na identificação dos alunos e no caixa.

Outra observação feita foi com relação ao sistema de identificação. "Se fosse automatizado certamente a fila andaria mais rápido. A gente passa uma hora do lado de fora enquanto lá dentro tem uma porção de mesas vazias", reclamou a aluna Monica Luiz. Para o estudante Samuel Victorino a pia utilizada para lavar as mãos, como está posicionada, acaba sendo mais um entrave que aumenta a fila e o tempo de espera no atendimento.

Comida boa e balanceada

Mas nem tudo são críticas. Os alunos foram unânimes com relação ao cardápio. Todos elogiaram as refeições e as consideraram balanceadas. "No primeiro dia a comida não estava muito boa, mas hoje está excelente!", elogiou a aluna Monica Luiz.

As opiniões com relação ao preço geraram divergência entre os alunos. Uns o consideraram acessível, outros que o bandejão deveria servir comida de graça e alguns gostariam que fosse mais baixo. De fato, a UFRJ, com o preço de R$ 2 para estudantes, passa a ser o bandejão mais caro entre as universidades federais. Na UFF a refeição custa R$ 0,70 e na Rural R$ 1,35.

No momento o bandejão atende somente alunos, que devem se identificar com a carteirinha da Universidade. São oferecidas 500 refeições por dia. Quando forem disponibilizadas para docentes e técnicos-administrativos, as refeições custarão R$ 6.

As obras do restaurante universitário ao lado do prédio da Escola de Educação Física continuam e ainda não há previsão para o início de suas atividades. Quando estiver funcionando, serão cerca duas mil refeições por dia.

Higiene bucal na Vila

Cerca de 80 crianças da Vila Residencial participaram nos dias 20 e 22 de agosto de uma iniciativa do Serviço Social da Faculdade de Odontologia da UFRJ em parceria com a Vila Residencial. O dia foi de limpeza bucal, dicas de escovação, teatro e palestras sobre a importância da saúde bucal. Os alunos da disciplina Atenção Primária em Odontologia foram divididos em duas turmas, sob a coordenação das dentistas Vanessa Maria, Andréa Quirino e Claudia Tavares, o coordenador da disciplina é o professor Alberto Vianna.

Esse é o primeiro projeto do Serviço Social. Denise Góes, Regina Célia e Marcia Carvalho são as idealizadoras do projeto. O objetivo foi fazer a Universidade chegar até a comunidade. "Para nós do Serviço Social, é preciso que a Odontologia saia do casulo e vá conhecer a realidade da população. Propusemos a Vila por se tratar de uma comunidade que está dentro dos muros da UFRJ", disse Denise Góes.

A preocupação de aproximar a universidade da comunidade é a principal inspiração do projeto. Outras iniciativas com os mesmos objetivos serão plenejadas. "É preciso que a Odontologia saia do casulo", disse Denise Góes

Importância social

De acordo com Denise, a ida dos alunos à Vila abriu um horizonte que a população ainda não conhecia: "As pessoas não sabiam, por exemplo, que podiam entrar aqui, marcar consultas. A população tem uma visão da UFRJ que não condiz com a realidade, então é preciso quebrar essas barreiras".

A programação contou também com uma palestra sobre higiene bucal, realizada por um agente comunitário de Saúde Oral, da Associação Brasileira de Odontologia, quando foram distribuídas escovas de dente. As crianças foram examinadas e os casos mais graves encaminhados ao serviço de Odontologia Pediátrica da UFRJ.

Esta é uma das primeiras ações em que os alunos da Odontologia levam informação e serviço à população, e foi considerada um sucesso pela equipe que a idealizou. Todas as ações tiveram apoio de Joana, integrante da Associação de Moradores da Vila Residencial.